



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

UMA ANÁLISE DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO RETRATO DAS MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO PRESÍDIO NILTON GONÇALVES

Alessandra Leal Guedes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: aleh.l@hotmail.com

Núbia Regina Moreira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: nrmoreira2@yahoo.com.br

O objetivo dessa pesquisa é compreender como a inconsistência ou ausência de dados sobre as especificidades da população carcerária feminina da cidade de Vitória da Conquista no interior da Bahia, que tem como consequência a falta de criação e efetivação de políticas públicas, as quais requerem dados confiáveis para serem criadas. Desse modo o objeto e sujeito de estudo dessa pesquisa são as mulheres encarceradas neste presídio anteriormente nominado.

Historicamente as mulheres estiveram excluídas dos espaços de poder e das demais instâncias da esfera pública, tendo sua autonomia restrita especificamente com relação a decidir sobre seu próprio corpo, sua sexualidade e seus desejos, estes sendo definidos como meios para satisfação masculina, em resposta também ao modelo da heterossexualidade compulsória¹. Segundo Biroli e Miguel (2014) os impactos da desigualdade de gênero em conexão com a divisão sexual de trabalho se resguardam na personificação da mulher com os estereótipo de gênero (atributos da maternidade, da emoção, do cuidado do lar para mulheres, do trabalho, da racionalidade, das decisões políticas para homens), além de marcar profundamente a socialização das crianças colaborando para um futuro desigual de gênero, também compõe injustiças que obstruem

¹ Segundo Judith Butler a heterossexualidade compulsória é o princípio que atribui coerência às relações de sexo, gênero, corpo e desejo, esse princípio normalizador visa instituir coerência e continuidade entre sexo, gênero e prática sexual, e a coerência é o que torna os gêneros inteligíveis. Sendo assim inteligibilidade de gênero é representado na figura de um homem masculino heterossexual ou de uma mulher feminina heterossexual. Ver “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” BUTLER, Judith (2003).



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias (BIROLI e MIGUEL, 2014, p.13).

Entretanto, é preciso colocar em destaque que o patriarcado enquanto forma de organização das relações sociais, se estrutura a partir de diferenciações, para além do próprio sexismo, ou seja, a dinâmica das relações de gênero está profundamente entrelaçada a outros sistemas de opressão, como, por exemplo, a de classe, raça, que se articulam entre si. Para Sueli Carneiro (2003), as mulheres negras tem uma experiência historicamente diferenciada, ao considerar o processo da diáspora africana e a violação colonial da mulher negra e indígena na América Latina, materializada no Brasil em 300 anos de escravidão e em uma abolição tardia que produz consequências negativas até os dias atuais para o segmento negro da sociedade brasileira, e de forma muito específica para as mulheres negras. Em outras palavras, Núbia Moreira (2018), afirma que se pode considerar que a escravidão foi um sistema responsável pela configuração da imagem da mulher negra como agrupamento social servil (MOREIRA, 2018, p.35).

Angela Davis (2016) fez uma análise profunda sobre como o racismo e o sexismo estruturam a sociedade, considerando a intersecção de gênero, raça e classe e desconsiderando a hierarquização das opressões, o que permitiu o campo da epistemologia do feminismo negro ampliar e avançar na compreensão dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades.

METODOLOGIA

O primeiro passo para dar início a esta pesquisa foi fazer um levantamento de dissertações no Portal de Periódicos da CAPES/MEC e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, temas que tratassem sobre encarceramento feminino na Bahia. Foi possível verificar a existência de apenas dois estudos sobre mulheres encarceradas focalizados em Salvador, desses estudos selecionamos a dissertação de Carla Akotirene “Ó Pa Í, Prezada! Racismo e Sexismo Institucionais tomando o bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador – SSA-BA” (2014), em que a autora utiliza uma alternativa metodológica na contramão de uma metodologia androcêntrica, que esteja sustentada nas bases da epistemologia feminista negra. Tendo em vista esse primeiro momento da pesquisa e também a partir do que afirma a pesquisadora Julita Lemgruber (1999) é

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

possível afirmar que a situação das mulheres encarceradas no Brasil é invisibilizada também no que tange a limitada bibliografia sobre prisões que abarquem a intersecção dos marcadores de gênero, raça e classe e encarceramento, seja no campo do Direito, das Ciências da saúde, seja no campo das Ciências Sociais (LEMGRUBER. 1999).

Após esse levantamento de pesquisas sobre encarceramento feminino na Bahia, traçamos como objetivos específicos analisar a atual situação em que vivem as mulheres encarceradas no complexo penal Nilton Gonçalves em Vitória da Conquista e investigar o que existe na Bahia de concreto em políticas públicas que atendam as demandas das mulheres encarceradas.

Para essa investigação utilizamos o método qualitativo com entrevistas semiestruturada e uma variação do método da observação participante², a partir da coleta de entrevistas com funcionárias da instituição e da análise de dados contidos no registro das internas do presídio Nilton Gonçalves. A pesquisa qualitativa se mostrou ser mais abrangente para desenvolver o estudo e chegar o mais próximo do objetivo da pesquisa.

A base teórica analítica desta pesquisa está fundamentada tanto na perspectiva socioantropológica com os autores David Garland (1999), Michel Foucault (1997), Erving Goffman (1961), Michelle Alexander (2017), Louis Wacquant (2001) e Aquile Mambembe (2003), quanto na perspectiva da interseccionalidade fundamentada na teoria do feminismo negro, o intuito é relacionar o encarceramento de mulheres negras às epistemologias feminista negra a partir de Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2003), Vilma Reis (2010), Patricia Hill Collins (2000) e Kimberle Crenshaw (2002), pois somente a partir de estudos que considere a combinação das opressões de raça, classe e outras formas de discriminação é possível se obter uma análise sensata e ampla sobre o funcionamento do sexismo e racismo na vida das mulheres negras, mais especificamente das mulheres encarceradas que em sua maioria são negras. Nesse sentido é inevitável o debate interseccional (cunhado pelas feministas negras) nesta pesquisa, uma vez que esta

² Sobre a observação participante Swartz e Swartz (1975) a define como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador estará em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (em GUIMARÃES, 1975, p.89).



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

ferramenta teórica deu relevo as convergências entre gênero, raça e classe e outros eixos de opressão como ponto de partida ao questionamento da dominação sexista e racista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Alguns números revelados pelo Levantamento de Informações penitenciárias – INFOPEN (2015) evidenciaram que existem majoritariamente mais homens e mulheres negras presas no sistema carcerário, do que existiam como escravos no regime de escravidão no Brasil. Em 2014 quando foi publicado o primeiro relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres, 2014), revelou-se que a população carcerária feminina aumentou de 5.601 para 37.380 entre 2000 e 2014, tendo um crescimento de 567% em 15 anos. E entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016 houve aumento de 19,6%, subindo de 37.380 para 42.355 o número de mulheres em privação de liberdade, com um déficit de 15.326 vagas nas 1.418 unidades prisionais (com 27.029 vagas disponibilizadas) em que foram coletados os dados (DEPEN,2017).

O relatório da Infopen (2014) também mostrou que 68% da população carcerária feminina são mulheres negras, enquanto apenas 31% são de cor branca e 1% é indígena, além disso, do total de mulheres presas 80% são mães e 60% estão encarceradas por crimes relacionados ao tráfico de drogas (Depen). Em decorrência dessa superpopulação carcerária, que segue em tendência contínua e acelerada, o Brasil ocupa a 4ª posição no ranking dos países com a maior população carcerária do mundo, ficando atrás do Estados Unidos, China e Rússia.

Estes dados além de serem alarmantes aparecem ao lado de outros índices crescentes de violência doméstica e feminicídio, especificamente contra mulheres negras, segundo aponta o Mapa da Violência³ (2015-2018). Esses dados retratam uma intensificação da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Até o momento do andamento dessa pesquisa percebemos que dado sobre aprisionamento feminino nos revela além de marcadores sociais predominantes (mulheres, jovens, negras, pobres,

³ Enquanto entre as mulheres negras a taxa de homicídio ficou em 5,3 por grupo de 100 mil em 2016, entre as não negras, englobando brancas, amarelas e indígenas, a taxa foi de 3,1, uma diferença de 71%. Nos últimos 10 anos a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 8% e no mesmo período a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15%. Ver Atlas da Violência 2018.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

mães, desempregadas), existem algumas falhas na produção e na análise sistematizada dos mesmos, tal fato inviabiliza a construção de leituras cronológicas sobre o encarceramento de mulheres no Brasil em uma dimensão real, além de deixar na invisibilidade a condição dessas mulheres. A consequência dessa invisibilidade ou omissão de dados é resultado em certa medida, da falta de criação e efetivação de políticas públicas as quais requerem dados confiáveis para serem criadas.

CONCLUSÃO

Nesses termos, a partir dos levantamentos de dados e revisão bibliográfica sobre o encarceramento de mulheres, tem ficado cada vez mais evidente que existe uma histórica omissão dos poderes públicos em relação tal fenômeno social, bem como uma despreocupação com o crescimento alarmante dos índices de encarceramento, que se manifesta e materializa na ausência de políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos.

Assim sendo, esta pesquisa continua apontada para percorrer um caminho necessário e urgente diante da necessidade e responsabilidade de se obter dados mais consistentes e atualizados sobre a situação local do presídio Nilton Gonçalves no Sudoeste da Bahia, para evidenciar como tem operado as políticas públicas para as mulheres que se encontram em privação de liberdade, bem como, cumprir com seu objetivo de contribuir para o aprofundamento desse debate na academia.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento Feminino; Gênero; Raça.

REFERÊNCIAS

MIGUEL e BIROLI. Luis Felipe, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1ed – São Paulo: Boitempo, 2014.

CARNEIRO. Sueli. Mulheres em movimento. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>, acessado em 11 de março de 2019.

CRENSHAW, Kimberly. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: Cruzamento; Raça e Gênero. BSB: Unifem:2014.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.3. Ed: Artmed.Porto Alegre. 2010.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. 1ed.- São Paulo: Boitempo. 2016.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias: INFOPEN MULHERES – Junho 2014, Ministério da Justiça, 2015.

_____. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias; INFOPEN- Junho 2016, Ministério da Justiça, 2017.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. Desvendando máscaras sociais. RJ, Francisco Alves, 1975.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MOREIRA, Nubia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. 2.ed – Editora UESB. 2018.

OLIVEIRA, Camila Belinaso de. A mulher em situação de cárcere: uma análise à luz da criminologia feminista ao papel social da mulher condicionada pelo patriarcado – Porto Alegre, RS: Editora FI, 2017.

SOUSA, Carla Adriana Silva. Ó PA Í, PREZADA! Racismo e Sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. 2014. BA (<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18987/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20de%20Carla%20Adriana%20da%20Silva%20Santos.pdf>.) Acessado em Outubro de 2017.

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO